

PRÁTICAS EDUCACIONAIS PROTESTANTES NO SÉCULO XIX: O CASO DE SERGIPE

*Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento**

Resumo: O presente artigo trata das práticas educacionais protestantes em Sergipe, a partir da década de 80 do século XIX, tomando como referência o projeto educacional implementado por missionários presbiterianos norte-americanos, por terem sido os responsáveis pela inserção do protestantismo naquele Estado. A distribuição de impressos e a organização de escolas foram as principais estratégias utilizadas por aquela denominação para expandir a verdade que estava registrada na Bíblia. Aquelas escolas tornam-se objetos privilegiados de análise dos processos de circulação, apropriação e produção de padrões escolares norte-americanos, por terem estendido o seu raio de ação para além de grupos imigrados e se enraizarem através de diferentes mecanismos na cultura escolar brasileira, considerando que no Brasil a educação funcionou como estrada para a passagem da cultura norte-americana e seu enraizamento em solo brasileiro.

Palavras-chave: educação brasileira; história da educação; educação protestante.

OS PRESBITERIANOS NO BRASIL

No ano de 1884, missionários presbiterianos norte-americanos instalaram definitivamente o protestantismo em Sergipe, organizando a primeira igreja protestante e dois anos depois, a Escola Americana, na cidade de Laranjeiras. Por ser a cidade mais próspera econômica e culturalmente, a Atenas de Sergipe, como ficou conhecida, foi escolhida por aquela denominação como ponto de partida para a difusão do seu ideário religioso. Durante as duas décadas anteriores, Sergipe já recebia a visita de “colporteuses”, que, além de venderem impressos religiosos protestantes, travaram acirradas polêmicas na imprensa local em favor da nova religião, preparando o terreno para os missionários.

* Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe; Professora da Rede Pública Estadual de Ensino de Sergipe. E-mail: ester.fraga@uol.com.br

Entretanto, não só em Sergipe, mas desde meados do século XIX, a Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos da América – PCUSA – com sede em Nova Iorque, enviou ao Brasil representantes para verificarem a possibilidade de se instalarem definitivamente no país. Após aquela fase exploratória, a Junta apresentou um relatório à Assembléia Geral, em 1862, com o seguinte teor:

Os missionários estão otimistas, e certos de que a fase de experiência chegou ao fim: a Constituição liberal recebe interpretação e cumprimento liberais, não apenas na Capital, mas também nas províncias; o Governo é estável. Há dificuldades, e poderão crescer; resultam da presença de clérigos numerosos, de uma igreja decaída, os quais têm poder sobre os ignorantes, que são a maioria na população; e talvez as dificuldades sejam maiores em virtude da geral indiferença quanto à vida espiritual e eterna. (Ribeiro, 1981, p. 51)

Com aqueles dados em mãos, a Junta da Missão Brasil, em Nova Iorque, inicialmente elaborou um plano de expansão missionária tendo a evangelização como principal objetivo. Porém, a percepção do “modus vivendi” do brasileiro orientou os primeiros missionários presbiterianos norte-americanos a reestruturarem seu plano de ação, no qual a educação, aliada à propaganda, funcionaria como estratégia de aproximação, apresentando os ideais de uma civilização cristã moldada no protestantismo. Aquela estratégia foi fundamental para circulação e apropriação dos novos ideais protestantes, tendo o objetivo de formar uma nova sociedade baseada nos princípios religiosos, sociais e políticos que regiam a sociedade norte-americana.

No dia 5 de novembro de 1864, saiu do prelo o primeiro número do jornal *Imprensa Evangélica*. O periódico foi o primeiro órgão de comunicação dos presbiterianos no Brasil. Subvencionado pela Junta de Missões, seus diretores, os missionários norte-americanos Simonton, Blackford e Chamberlain, pretendiam publicá-lo através da Tipografia Universal de Laemmert. Entretanto, após os irmãos Laemmert sofrerem ameaças, os missionários passaram a imprimir na Tipografia Perseverança, localizada na rua do Hospício, nº 99, no Rio de Janeiro. Segundo Ribeiro, aquele jornal foi “o grande integrador da jovem denominação religiosa”, apresentando as suas propostas sociais e religiosas, oferecendo quinzenalmente “assistência pastoral de alto nível (...)”. Dez anos depois, o reverendo Vanorden, residente no Brasil havia dois anos, fundou em São Paulo o mensário *O Púlpito Evangélico*. Naquele mesmo ano, mudou-se para o Rio de Janeiro, levando consigo o periódico e, em 1877, fundou o quinzenário *O Pregador Cristão*, publicando-o durante dez anos em sua tipografia da Livraria Evangélica, onde editava e vendia livros e folhetos. Em 1899, Antonio Trajano, Franklin do Nascimento e Erasmo Braga, juntamente com outros pastores presbiterianos brasileiros fundaram o jornal *O Puritano*, o qual funcionou até o ano de 1958 (Ribeiro, 1981, p. 97, 100-104, 274).

Os presbiterianos também publicaram o *Diretório do Culto*, onde instruíam seus adeptos ao novo comportamento e a violação daqueles cânones acarretaria

aplicação de sanções. Aquela mudança de hábitos por parte dos convertidos à nova fé levou-os a se isolarem dentro da sociedade, tornando-se muitas vezes uma minoria incompreendida inclusive por familiares. Os convertidos sofriam a disciplina da Igreja, como a que está registrada no Livro do Primeiro Centenário da Igreja Presbiteriana da Bahia: “O sr. José Francisco de Oliveira, membro da Igreja, foi suspenso dos privilégios da mesma, por costumar fazer compras e tratar de negócios aos domingos.” (Livro do Primeiro Centenário da Igreja Presbiteriana da Bahia, 1872-1972, p. 12).

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PRESBITERIANAS EM SÃO PAULO

Constatando o alto índice de analfabetismo, observaram que precisariam oferecer à população protestante um sistema educacional alternativo, para formar os pastores para as suas igrejas e professores para suas escolas, como também educarem os filhos da classe dominante que, mesmo sem se converterem ao protestantismo, provavelmente seriam tolerantes em relação à nova religião. Na visão dos educadores norte-americanos, o ensino confessional e público no Brasil no final do século XIX, com exceção das escolas privadas, caracterizava-se por uma prática educativa essencialmente memorizadora. Para Souza,

...no ambiente contra-reformista em que o catecismo foi instituído, a repetição mecânica era necessária – não se podia aceitar que o catecúmeno reproduzisse com suas próprias palavras e desenvolvesse idéias próprias sobre aquilo que era dogma da fé, sob o risco da heresia. (Souza, M., 1998, p. 83)

A empresa missionária presbiteriana norte-americana, através da ação educativa de seus colégios, teve como meta o estabelecimento de uma civilização cristã, diferente da que eles encontraram no Brasil, na qual os ideais, o modo de pensar, os costumes e hábitos sociais do povo e suas instituições políticas tinham uma relação simbiótica com a religião católica. Os princípios norteadores de seus estabelecimentos de ensino seriam semelhantes aos do sistema educacional norte-americano:

Escola mista, liberdade religiosa, política e social. Educação baseada nos princípios da moral cristã, segundo as normas das Santas Escrituras, atendendo ao conceito protestante que exclui da escola a campanha religiosa, limitando-se às questões de moralidade ética, contidas no ensino de Cristo. (Hack, 1985, p. 72)

Na tentativa de induzir mudanças sociais, as escolas paroquiais - escolas primárias ao lado da igreja com a finalidade de alfabetizar os filhos de seus adeptos - e os colégios - que ofereciam o ensino secundário - ofereceram à sociedade brasileira uma nova proposta pedagógica alternativa ao projeto educacional estabelecido. Também serviram para separar as crianças filhas de crentes da influência católica, assumindo não só o papel de veículo de instrução como também o de consolidação da futura população de suas igrejas. A igreja presbiteriana determinava que

...os filhos dos membros da Igreja visível, e dedicados a Deus pelo Batismo, estão sob a inspeção e governo da Igreja, e dever-se-lhes-á ensinar a ler; e, ao apresentar a criança ao batismo, os pais deviam prometer perante a Congregação ensinar-lhe ou mandar ensinar-lhe a ler, para que venha a ler por si mesma a Santa Escritura. (Ribeiro, 1981, p. 184)

Na criação do Presbitério Bahia-Sergipe seus jurisdicionados foram alertados

...á obrigação que impera sobre os paes crentes a educação sadia e christã de seus filhos, e regozija-se que em toda a região por elle occupada seja possivel arranjar escolas primarias com despeza tão diminuta que nenhum grupo de cristãos tenha desculpas de negligenciar este dever, (...). (Livro das Actas do Presbyterio de Bahia e Sergipe, 1907-1929, p. 32).

Outro objetivo que orientou aquela prática educativa foi a valorização do trabalho, procurando levar o educando a ter outro olhar face à realidade. O ambiente da vida americana era reproduzido nas escolas e nas casas dos protestantes através da ordem, da limpeza, da disciplina. Os alunos viam os missionários e professores trabalhando na casa, arando a terra. As próprias reuniões religiosas eram denominadas de “trabalhos”. Os meninos internos, além de estudar, ajudavam na roça; as meninas, nos trabalhos domésticos.

Como o livro e o discurso estavam sempre presentes na prática religiosa protestante, era preciso alfabetizar seus adeptos e as crianças para garantir sua penetração e ampliação no país. A escola paroquial oferecia o ensino primário não só aos filhos dos novos convertidos, mas a toda a comunidade sem distinção de sexo, o que na época era uma inovação. Geralmente os missionários, além de professores, eram os próprios diretores; o corpo docente era formado por membros da igreja presbiteriana e por missionárias-professoras, pagos pela Missão com fundos enviados pela Junta de Nova Iorque. Para isso, a Junta exigia que seus diretores e professores fossem pessoas preparadas pedagogicamente e comprometidas com a doutrina da igreja, pois como afirmava Chamberlain, “a importância e proficuidade duma escola estão na razão direta do valor pessoal do professor. Nada valerão as escolas sem bons mestres; (...)” (Ribeiro, 1981, p. 241). E como não havia muitos professores brasileiros formados dentro da concepção educacional norte-americana, a Missão proporcionava bolsas de estudo para a preparação de professores nos seus principais colégios brasileiros e nos Estados Unidos, garantindo assim a continuidade e a qualidade do ensino.

Na época, os missionários contaram com o apoio dos revolucionários republicanos e abolicionistas que compartilhavam da idéia de implantar no Brasil um novo modelo escolar, pois a mudança do regime exigia uma outra política educacional capaz de dar “forma e vida à educação popular, ajustando-se às idéias e técnicas pedagógicas mais consentâneas com as idéias e instituições democráticas” (Revista da FLEP, 1997, p. 16). Aquelas idéias corroboravam com o modelo de vida e de educação norte-americano, imbuídas dos princípios norteadores do protestantismo: a liberdade – de consciência, de expressão, do livre exame – aliada ao in-

dividualismo; a questão da ordem e da superação do dualismo entre pensamento e ação. Em sua concepção de educação o fazer e o pensar, a teoria e a prática estavam imbricadas, complementavam-se, facultando a passagem do pensamento para a ação.

Exemplo disso foi a organização da Escola Americana, futuro Mackenzie, fundada por Chamberlain em São Paulo no ano de 1870, oferecendo inicialmente o primário, e posteriormente, o secundário e o superior científico. Seria a escola modelo da denominação, utilizando os métodos, os livros didáticos traduzidos, a organização, similares ao sistema público educacional norte-americano. Em anexo funcionava um internato para meninas, onde após as aulas, elas recebiam lições de prendas domésticas. A educação religiosa era oferecida em escolas específicas - os Seminários Teológicos - destinadas à formação e treinamento de futuros pastores e evangelistas nacionais. Sete anos depois, aqueles missionários organizaram um jardim de infância, um kindergarten, e, de acordo com o seu Diretor, George W. Chamberlain,

...o jardim de infância, ou jardim das crianças, será baseado no hoje bem conhecido sistema Froebel e tem por fim o desenvolvimento intelectual desde a mais tenra idade, por métodos intuitivos e naturais, tendo sempre em vista as necessidades físicas das crianças, atraindo-as ao conhecimento e desenvolvimento das faculdades observadoras, sem fadigas, sem desgostos, sem estudos forçados, sem constrangimentos dos corpos, aprendendo dos próprios brinquedos e alcançando assim os benéficos efeitos da disciplina e do uso dos sentidos." (Ramalho, 1976, pp. 84, 85)

O Colégio Internacional de Campinas, aberto em 1873, apresentava um plano curricular dividido inicialmente em quatro séries e posteriormente em mais três. Em seguida, vinha o curso acadêmico de cinco anos, oferecendo também o ensino religioso opcional. Além de ciências modernas, oferecia uma variedade de idiomas. Na época, os missionários convocaram uma grande reunião para consultar a população da cidade sobre a criação da escola. Na análise de Ribeiro, "o Colégio Internacional se estabeleceu para concretizar um modelo de educação que iniciasse, motivasse e incentivasse mudanças nos cânones de comportamento da sociedade brasileira" (Ribeiro, 1981, p. 206).

AÇÃO EDUCATIVA PRESBITERIANA EM SERGIPE

Em Sergipe, segundo Nunes, idéias semelhantes já se faziam presentes desde o ano de 1870 através da ação do Inspetor-Geral da Instrução, Manuel Luís Azevedo D'Araújo no governo provincial do Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior (21/12/1869 - 11/05/1871). Este inspetor elaborou um novo Regimento em substituição ao de 1858, organizando o ensino público sergipano e criando o Ateneu Sergipense com os cursos de Humanidades, traduzindo "no conteúdo e na

forma, as novas tendências educacionais que agitavam o Brasil”. Foram muitas as medidas progressistas tomadas por Manuel Luís na área educacional, destacando-se a divisão do ensino primário em elementar e superior, a regulamentação do ensino noturno, a criação de uma Escola Normal feminina, e a preocupação com a educação física e a educação profissional (Nunes, 1984, p. 112).

A partir de 1870, como acontecia em todo o país, as escolas particulares e internatos proliferaram em Sergipe oferecendo um ensino melhor que o ministrado nas escolas públicas. No final da década existiam 112 escolas públicas primárias e 18 particulares na Província de Sergipe. Em Laranjeiras destacavam-se as escolas de D. Esmeralda de Souza Lopes e do professor Justino José Gomes e o Colégio Sant’Ana da professora Possidônia de Santa Cruz Bragança. Os cursos noturnos criados pelo Presidente Cândido da Cunha Leitão tiveram uma boa aceitação por parte da população e compreendiam “o ensino de Gramática Nacional, Língua Francesa, Comércio e Escrituração Mercantil, Desenho Linear e Primeiras Letras, implantados, tanto na capital, como em Laranjeiras, Estância, São Cristóvão, Maruim e Propriá” (Nunes, 1984, p. 118).

As tentativas das ações implementadas na área educacional por aqueles Presidentes de Província e a ampliação do número de escolas particulares no espaço educacional sergipano facultariam a organização da primeira escola protestante. E como o projeto educacional presbiteriano proposto para o país previa a instalação de uma escola logo após a organização da igreja, Sergipe não fugiu à regra. À medida que os missionários estabeleceram as igrejas e as condições econômicas tornaram-se favoráveis, foram organizando escolas. Assim, além de Laranjeiras, as cidades de Aracaju, Estância, Simão Dias e Frei Paulo, dentre outras, também tiveram as suas.

Em 1885, o Relatório do Presidente da Província descrevia a situação do ensino em Sergipe, mostrando que apesar dos esforços investidos, a instrução primária não correspondia às necessidades locais, “a despeito das inúmeras reformas porque há passado” (Relatório do Presidente da Província, 1884, p. 6). Foi dentro daquela realidade que a Missão Central do Brasil – órgão da Missão Brasil responsável pela implantação do protestantismo na Bahia, Sergipe, Mato Grosso, Goiás e norte de Minas Gerais – dois anos depois de organizar a igreja presbiteriana de Sergipe, fundou a primeira instituição educacional protestante - a Escola Americana – instalada em 1886 na cidade de Laranjeiras, sob a direção do baiano e presbiteriano professor Manoel Nunes da Motta. Seguindo o padrão educacional da Missão, funcionava na andar térreo do Sobrado dos Protestantes, e, além de oferecer os cursos primário e secundário para ambos os sexos, recebia também alunos não-crentes e possuía internatos masculino e feminino. Como as mensalidades eram baixas, as crianças menos favorecidas podiam freqüentá-la. As aulas eram ministradas por professoras e nas disciplinas oferecidas no secundário constava Aritmética, Geografia, Inglês, Português, Francês, Prendas e Música (Livro de Matrículas do Ensino Particular – 1900, p. 8).

Na época, os jornais não se reportaram à existência da escola, dando ênfase somente aos polêmicos embates travados entre os católicos e os convertidos à nova

fé. No entanto, um fato curioso é que, a partir do ano de 1886, começaram a aparecer notícias de alguns colégios particulares nos jornais laranjeirenses e, dentre eles, do Colégio Inglês. Filiado ao Colégio de Nossa Senhora da Graça, na Província de Pernambuco, oferecia educação secundária ao sexo feminino, admitindo alunas externas e internas, sob a direção de Miss Anne Carol e de Júlia de Oliveira, auxiliadas por Laura de Oliveira. O ano letivo iniciava no dia 15 de janeiro indo até 30 de novembro. Tinha no seu currículo as seguintes matérias: Primeiras Letras, Religião, Português, Francês, Inglês, Alemão, Geografia, História Universal, Piano, Desenho, Pintura de aquarela, Pintura à óleo sobre espelhos, Bordados de todas as qualidades, flores artificiais etc. Apesar das inovações curriculares, o Colégio não oferecia educação para ambos os sexos (O Horizonte, 1886, p. 4).

Vários artigos foram escritos na imprensa laranjeirense sobre o Colégio Inglês a despeito do silenciamento da imprensa no que se refere à Escola Americana.¹ O que pode ser lido nas entrelinhas foi que as investidas feitas pelos missionários na área educacional sergipana provavelmente incomodaram a elite religiosa, cultural e política da cidade. Uma carta da missionária Lily Finley falava “do esforço do padre para desviar os alunos da escola” (Ferreira, 1992, p. 474). Causou-me estranheza que, apesar dos jornais da época defenderem a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa, abrindo espaço para registrar as querelas religiosas, inicialmente não publicaram uma linha sequer sobre a Escola Americana.

Já o quase silenciamento por parte das instituições oficiais do Estado, talvez tenha se dado pelo fato de que geralmente os estabelecimentos particulares quase não apresentavam a exposição de suas atividades aos inspetores literários. Exemplo disso foi a publicação, em novembro de 1893 no jornal O Município, de parte do Relatório referente ao Ensino Particular, de 11 de agosto de 1893, onde Vicente Ferreira Passos, Diretor Geral da Instrução Pública, reportava-se ao Edital do dia 17 de maio daquele ano, convocando “todos os professores particulares a cumprirem o disposto no Art. 318 nº 1,2,3 sob pena de ser-lhes aplicadas as penas do Art. 319 e do Art. 20, na reincidência”; e uma Circular aos Inspectores Literários para que aquela instituição pudesse “organizar com a possível presteza a estatística do ensino ministrado nas escolas do Estado” lembrando-lhes a responsabilidade que tinham sobre o ensino particular (O Município, 1893, p. 2). Ainda referia-se ao Artigo nº 318 do Regulamento da Instrução Pública que determinava a obrigatoriedade dos diretores de escolas particulares em comunicar todo o movimento escolar. No entanto, na prática geralmente isso não ocorria, tornando impossível avaliar aquelas instituições (O Estado de Sergipe, 1900, nº 668, p. 1).

Em 1892, a Escola Americana, sob a direção do reverendo Finley, tinha um professor. No ano seguinte, já contava com mais um e, em 1894, a Missão mandou Miss Clara E. Hough para lecionar. Em maio de 1895, os missionários transferi-

¹ Sobre o assunto, ver os seguintes artigos: O Laranjeirense, Laranjeiras, 11/12/1887, p. 3; dez./1887, p. 4. A Reforma, Aracaju, 14/11/1889, p. 3. Gazeta de Sergipe, Aracaju, 02/02/1890, p. 3; 27/07/1890, p. 3.

ram-se para uma casa mais próxima do centro da cidade, porém, na mesma rua. Naquele ano, o colégio oferecia internato para ambos os sexos e contava com 45 alunos (Ferreira, 1992, p. 474).

Mesmo diante da quase ausência de documentos referentes à Escola Americana nas instituições oficiais de Sergipe, existem indícios de que diante das deficiências da educação pública, aquela escola contribuiu para a melhoria do quadro educacional do Estado. A estratégia da Missão em enviar brasileiros aos Estados Unidos, formando assim seus próprios quadros, também foi utilizada em Sergipe. Exemplo disso foi a atuação da professora Penélope Magalhães na área educacional sergipana. Penélope (14/08/1886–1982) era laranjeirense, filha caçula da sra. Mariana Magalhães, católica, e do Chefe de Polícia, sr. Emídio. Um fato curioso foi que, apesar dos seus pais não serem casados civilmente, foram aceitos pela Igreja Presbiteriana de Laranjeiras. Como a Escola Americana oferecia aulas de música, a menina Penélope logo se interessou em aprender piano. Convidaram-na em 1898 para estudar na Califórnia e, apesar de sua mãe não concordar com a sua ida, seu pai aprovou.

Durante doze anos, estudou nos Estados Unidos fazendo o curso regular pedagógico e o de teologia, e de lá mandava dinheiro para a família em Laranjeiras, pois já ensinava. Quando retornou, em 1910, seu pai havia falecido e ela foi convidada pela Missão para ensinar no Colégio de Ponte Nova, na Bahia. Lá conheceu o estudante Manoel Antonio dos Santos, com o qual se casou e teve três filhos: Martinho Lutero, Esdras e Lysias. Anos depois, seu marido assumiu os trabalhos da igreja presbiteriana de Laranjeiras e ela, a cátedra de Inglês na Escola Normal de Aracaju, ensinando também em outros colégios particulares.² Sobre a professora Penélope, Souza afirmou

(...) que, embora membro da Igreja de Laranjeiras, mas quasi que residindo na capital, em vista de sua função de professora de inglês na Escola Normal, muito contribuiu para o impulso maior na divulgação do Evangelho, principalmente entre os intelectuais da terra.” (Souza, J. T., s.d, p. 15)

A professora M^a Ritta Soares de Andrade considerou a professora Penélope Magalhães

...a mulher mais culta de Sergipe. Educada no centro fértil e liberal que é a América do Norte, D. Penélope trouxe para o seu Estado um vasto cabedal, que aqui transfunde altruisticamente a quantos buscam ensinamentos no seu talento e na sua cultura. Nunca publicou livros. Mas podemos afirmar que os teria de certo publicado, se outras fossem as circunstancias do nosso meio, se não nos fosse a vida tão difficultosa. É um espírito summamente adeantado, e maneja com habilidade o português, o francês, e o inglês – idioma em que é a mestra dos mestres. (Andrade, 1929, p. 153-154).

² Sobre o assunto, ver as seguintes matérias: Diário da Manhã, Anno VI, n. 1411, 25/01/1906 – Secção Livre, p. 3; n. 1418, 02/02/1916, Secção Livre, p. 3.

No início dos anos 30, em Sergipe, o Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes foi o primeiro estabelecimento educacional a ser construído em Aracaju seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. A professora Penélope foi designada pelo interventor Augusto Maynard Gomes para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim, de acordo com os padrões técnicos do Ministério de Educação, sendo ela a fundadora e primeira diretora da instituição.

O terreno do Jardim de Infância foi comprado de José Calazans e o edifício projetado pelo arquiteto Leandro Maciel. A utilização espacial não seguiu os modelos tradicionais. As salas foram dispostas em módulos onde era oferecido às crianças recreação, aulas de teatro, de dança, de desenho e de música. Na entrada foi colocado um busto de Maynard Gomes. O Jardim ainda possuía um auditório, no formato de uma concha acústica, onde eram comemoradas todas as datas festivas. (entrevistas feitas em 14/05/1998 e 22/05/2000 com o Dr. Lysias Magalhães dos Santos, sergipano, juiz aposentado no Rio de Janeiro, filho da professora Penélope Magalhães).

Caso semelhante ao da professora Penélope foi o do reverendo Antônio Almeida (11/07/1879-1969). Nascido em Frei Paulo, foi evangelizado pelo reverendo Bixler quando este trabalhava no povoado de Urubutinga. Numa de suas visitas, o missionário ouviu no meio do mato alguém repetindo o sermão que ele havia pregado no domingo anterior. A pergunta feita pelo pastor – “*Você quer se preparar para ser pastor?*” – mudaria a vida daquele jovem analfabeto.

Foi aluno da Escola Americana em 1900 e 1901 e posteriormente, a Missão mandou-o para o Colégio 15 de Novembro, em Garanhuns. Bacharelou-se no Union Theological Seminary, em Richmond, Virgínia, nos Estados Unidos, fazendo o Doutorado em Divindade na Faculdade de Ensino Superior King College, em Bristol, Tennessee (Hilton, 1948, p. 5-6). Ao regressar ao Brasil assumiu a direção da Escola Teológica, agora em Recife e, posteriormente, foi um dos fundadores do Seminário Presbiteriano do Norte.

Outra pessoa de destaque, também fruto do trabalho dos missionários presbiterianos, foi a professora Gregória do Prado Dantas (09/05/1884-20/09/1975). Natural de Itabaiana, estudou na fazenda de uma das tias, porém, o reverendo Bixler, amigo do seu pai, convenceu-o a mandá-la para a Escola Americana em Aracaju. Depois de fazer o Curso Normal, foi morar em Anápolis – atual Simão Dias – onde se casou com Manoel da Fraga Dantas em 1910. Provavelmente cinco anos depois abriu uma escola particular para ambos os sexos, oferecendo o curso primário e seguindo o programa das escolas do Estado. Seu estabelecimento gozava de elevado conceito na sociedade local,

...apesar de ser alvo de perseguições por parte de padres e frades, durante as Santas Missões, quando os pais católicos de famílias importantes – fanatizados

– tiravam os filhos para rematriculá-los tempos depois ao sentirem o declínio dos pequenos estudantes em outras escolas.”.

A escola funcionou durante aproximadamente quinze anos, até que, em 1934, Marcos Ferreira de Jesus, Prefeito de Simão Dias, reuniu todas as escolas municipais num só local e convidou a professora Gregória para assumir a direção do Agrupamento Municipal Escolas Reunidas Augusto Maynard. Durante sua gestão foi dada ênfase às disciplinas Educação Física e Canto Orfeônico. Nas datas comemorativas, os alunos apresentavam peças teatrais, eram cantados os hinos pátrios como também música popular (entrevista com a sra. Olda do Prado Dantas em 18/07/2000).

Quanto à questão do financiamento daquelas escolas, geralmente as despesas eram divididas entre a Missão e a comunidade protestante local, pois era preciso pagar os missionários-professores e o material didático. A mensalidade cobrada dos alunos era destinada ao pagamento do aluguel da casa onde funcionavam a escola e o internato. Além dessa renda, havia as doações e um Fundo de Manutenção das Escolas.

O ano de 1898 foi decisivo para a área educacional da Missão Central. Os dados registrados no Livro de Atas davam a entender que suas escolas estavam passando por problemas financeiros, sendo necessário reestruturá-las de acordo com o modelo do Colégio Protestante de São Paulo, prevendo uma homogeneização naquele setor. Um plano educacional foi encaminhado e aprovado pelo diretor daquela instituição, o reverendo Horace Lane, ficando sob a responsabilidade do missionário Waddell a superintendência das escolas da Missão Central. O plano, implementado a partir de 1901, propunha a sistematização de suas escolas da seguinte forma:

- 1º – O Presidente do Colégio Protestante (ou quando este estivesse ausente, o Decano), será o superintendente das escolas da Missão Central, com total autoridade sobre as mesmas;
- 2º – O Presidente designará os diretores dessas escolas, e pessoalmente inspecionará o trabalhos deles, para que as escolas mantenham a qualidade. Se ele não puder ir, mandará um subordinado para inspecioná-las;
- 3º – Ele pessoalmente, ou seu substituto, apresentará para a Missão um relatório anual das atividades das escolas, demonstrando se as estimativas propostas para o período foram alcançadas;
- 4º – Os professores contratados pelo escritório da Missão não terão direito a voto nas questões referentes às escolas;
- 5º – O missionário residente será consultado em todas as questões que afetarem o relacionamento entre a escola e o público em geral. (Minutes, 1912)

Ainda na reunião de 1898, fora discutida a transferência da Escola Americana de Laranjeiras para Aracaju. Um dos missionários defendia aquela posição visto que já existiam trabalhos evangélicos na Capital desde que a Missão tinha entrado em Sergipe, e naquele momento, a cidade estava crescendo e se mostrava mais promissora. Como a escola já estava com um déficit de 1:912\$500 réis em decorrência da seca que se abatera no Estado naquele período, levando muitos

donos de engenho à falência e impedindo-os de mandarem seus filhos para a escola, a Missão decidiu fechá-la definitivamente em setembro daquele ano, transferindo-a para Aracaju, mesmo sem a aprovação do reverendo Bixler. Os custos com o aluguel e a transferência do pastor e da escola já tinham sido cuidadosamente planejados (Minutes, 1912).

Nos anos de 1899, 1901 e 1903, a Missão enviou uma soma maior de dinheiro para Sergipe pois como a Escola Americana estava na fase de transferência para a capital, os missionários instalados reivindicaram um suporte financeiro que garantisse a continuidade do projeto educacional. Sob a direção do reverendo Finley, a partir do dia 6 de fevereiro de 1899, a Escola Americana ofereceu à população estudantil da capital um externato para ambos os sexos, com os cursos primário (20\$000 réis por trimestre – 10 semanas) e o intermediário (30\$000 réis por trimestre – 10 semanas); e um internato para o sexo feminino. A professora Clara Hough ainda ensinou em Aracaju aproximadamente por sete meses, seguindo para as escolas da Bahia, vindo a substituí-la a professora Elizabeth R. Williamson.

No ano de 1900, a Escola Americana já contava com 50 alunos matriculados e dois professores, oferecendo internato e externato para ambos os sexos, e funcionando na Rua Aurora, nº 7 (Minutes, 1912, 07/07/1900 – Reunião em São Félix-BA). As salas de aula possuíam carteiras de madeira e ferro vindas dos Estados Unidos. A escola protestante e o Colégio Brasil foram consideradas pelo Diretor da Instrução Pública da época os melhores estabelecimentos particulares de ensino de Sergipe. As anuidades dos cursos primário, intermediário e secundário eram, respectivamente, 80\$000 réis, 100\$000 réis e 120\$000 réis. Já o internato, a pensão e o ensino custavam quatro prestações de 500\$000 réis, sem a lavagem de roupa e a música instrumental (O Estado de Sergipe, 1900, n. 418, p. 3). É interessante observar que a partir daquele mesmo ano, a escola oferecia o curso secundário. O reverendo Finley publicou no jornal a lista dos aprovados. Dentre eles estavam Woodward Finley, Antonio Almeida, Lilia Teles, Joe Caron e Luiz Machado (O Estado de Sergipe, 1900, n. 668, p. 1; 1900, n. 672, p. 3).

Para o ano letivo de 1901, a escola tinha um corpo docente de seis professores (incluindo uma professora de Prendas e um professor de Música) e se considerava “pronta a dar uma educação segundo os últimos métodos pedagógicos a todos os alunos que forem confiados a seu cuidado” (O Estado de Sergipe, 1900, n. 672, p. 3). O valor das anuidades continuou o mesmo. Os novos professores eram sergipanos, pois a direção tinha descartado a hipótese de contratar professores do sul do país, para racionalizar as despesas. No entanto, posteriormente foi necessário trazer um professor de São Paulo (Minutes, 1912, Carta Circular de Aracaju enviada para a Junta de Nova York).

Em 1902, o reverendo Finley publicou a relação dos 17 alunos aprovados naquele ano: Rachel Dantas, José Teles dos Reis, José de Calazans Filho, Francisca Teles dos Reis, Epaminondas do N., Janet Smith, Edgard Smith, Lilia Teles, Godofredo Gutter, João de Oliveira, Rodolpho Pimentel, Joaquim Moura, Antonio Teles dos Reis, Jackson Figueiredo, José de Faro Sobral, Péricles Penna e Maria

Francisca (O Estado de Sergipe, 1902, n. 1243). Dentre eles, estavam José de Calasans Filho, filho do general José de Calasans, e Jackson de Figueiredo, futuro articulador do pensamento católico conservador brasileiro no século XX e fundador do Centro D. Vital – centro de estudos criado pelos católicos com a finalidade de defender o pensamento desta religião. Segundo o testemunho da filha do escritor católico, “quando voltou a Aracaju vindo de Estância, continuou seus estudos com D. Etelvina Amália Siqueira; depois foi para o Colégio Americano, do pastor protestante W. E. Finley. Ali assimilou e decorou trechos inteiros da Bíblia” (Fernandes, 1989, p. 51).

Como a crise financeira que se abatera sobre a Missão Central desde 1900 continuara até o ano de 1902, o missionário Cassius Bixler foi autorizado a preparar membros das igrejas de Sergipe que desejassem ser pastores, para diminuir os gastos com pessoal de fora, tornando assim o campo auto-suficiente nessa área. No ano seguinte, para minimizar as dificuldades financeiras do setor educacional, a Missão propôs que também fossem preparadas pessoas das próprias comunidades para assumirem o ensino de suas escolas paroquiais.

Em 1904, a Missão transferiu o reverendo Finley e Elizabeth Williamson para a Bahia e fechou os internatos da Escola Americana, designando a professora Anne Belle Mc Pherson para dirigi-la até 1905 (O Estado de Sergipe, 1904, n. 1563, p. 2). A partir daquele ano, o colégio tornou-se uma escola paroquial, oferecendo somente o curso primário (Minutes, 1938). As atas explicitam o esforço que os missionários fizeram para evitar o fechamento do internato: cortaram custos em outras áreas, mudaram-se para uma casa com um aluguel mais barato e contrataram professores locais para reduzir os gastos.

Ainda em 1904, a Missão fez uma avaliação positiva sobre seu trabalho de evangelização e de educação, apresentando quatro pontos que levaram o trabalho a crescer, dentre eles, a mudança da composição social de suas igrejas, atingindo pessoas das classes mais altas. Reportando-se ao problema financeiro da área educacional, afirmava que desde o início tinha sido feito um esforço para transplantar o modelo da Escola de São Paulo para a região jurisdicionada pela Missão Central, mas o setor educacional em Sergipe apresentava problemas (Minutes, 1938).

Provavelmente, a saída do reverendo Finley tenha contribuído para a desestabilização da escola. Naquela ocasião os missionários reabriram uma antiga discussão sobre o enfoque dado à evangelização e à educação afirmando que era “preciso aumentar a força evangelística, diminuindo suas responsabilidades administrativas e educacionais, tendo mais tempo livre para pregar, (...) contando com o trabalho dos pastores nativos”. As atas explicitavam que a educação era uma estratégia missionária e não um fim em si. O trabalho educativo não deveria ser mais importante que o do proselitismo.

Em 1908, a Escola Americana era dirigida pela professora protestante Jovina Moreira de Carvalho, normalista formada pela Escola Normal do Estado de São Paulo (Correio de Aracaju, 1907, n. 22, p. 3; 1908, n. 126, p. 4). Em 1912, seria incorporada aos quadros educacionais da Missão com um salário anual de

1:000\$000 réis, fora outras despesas (Minutes, 1938). No ano seguinte, continuou lecionando e dirigindo a escola. Naquele momento, oferecendo apenas o ensino primário, a escola funcionava na Rua de Laranjeiras, nº 88 (provavelmente em sua própria casa). Sua irmã, Alcides Moreira, também professora, dava noções de inglês e da Bíblia, e ela, as outras disciplinas. Em 1915, a professora Jovina Moreira foi transferida para a cidade de Prado, na Bahia, onde dirigiu uma escola e uma congregação, provavelmente durante cinco anos (O Christão, v. 1, n. 13, 1920, p. 1).

Do primeiro decênio republicano até o ano de 1910, a estrutura sócio-econômica sergipana sofrera poucas alterações. Na visão de Nunes ,

a produção açucareira, (...), continuava, salvo poucas exceções, presa à rotina, com baixa produtividade, sem condições de competir com outras regiões do país, (...). Nos transportes, ainda predominavam os animais de carga, o carro de boi e as barcas, (...). (Nunes, 1984, p. 204)

Na área educacional os problemas se repetiam. Apesar do aumento do número de escolas públicas primárias como também da matrícula, não existia uma ordenação quanto à sua localização, dependendo mais do prestígio dos chefes políticos da região; as instalações e as condições de higiene, na sua grande maioria, eram precárias. Para Nunes, a classe dominante sergipana não tinha interesse em “estimular a educação popular e nem mesmo a própria classe média” (Nunes, 1984, p. 207).

Foi naquele contexto que a Escola Americana funcionou em Aracaju. Entretanto, após o ano de 1911, ela desapareceu dos registros oficiais do Estado e dos jornais. No Livro de Atas da Missão Central do Brasil (1904-1938), a Escola Americana de Aracaju só aparece nos orçamentos até o ano de 1913. A paulatina retirada dos missionários de Sergipe denotou que, apesar da avaliação positiva do seu setor educacional, a Missão decidiu limitar-se à evangelização naquele Estado e concentrar seu trabalho educacional na Bahia.

É interessante notar que o fechamento da escola deu-se num momento em que a vida cultural e a área educacional tomavam um novo alento em Sergipe. Exemplo disso foi a inauguração da Escola de Aprendizes de Artífices em 1º de maio de 1910. Outro acontecimento que marcaria a vida cultural sergipana seria a criação da Diocese de Aracaju naquele mesmo ano. Na mesma época, os colégios particulares voltaram a proliferar, destacando-se, dentre outros, o Grêmio Escolar sob a direção de Evangelino Faro, fundado em 1906, em Laranjeiras, e transferido para Aracaju em 1909; o Colégio Tobias Barreto, fundado em Estância, em 1909 e transferido para Aracaju, em 1913, sob a direção do professor José Alencar Cardoso; o Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora, fundado em 1909, em Aracaju; o Colégio Nossa Senhora Sant’Ana e o Colégio N. S. de Lourdes, também em Aracaju (Nunes, 1984, p. 203).

Durante quase três décadas (1884-1913), a denominação presbiteriana foi a única instituição protestante presente no Estado de Sergipe, desenvolvendo um

extenso trabalho de evangelização e utilizando-se da educação como estratégia missionária. A Missão Central do Brasil através dos seus missionários-professores, evangelistas e colportores, organizou congregações e igrejas em cidades, povoados, fazendas e sítios longínquos, em muitas delas funcionando uma escola ao lado. Provavelmente, uma das causas que levou a Missão a desistir do projeto educacional para Sergipe tenha sido a ação da igreja católica, criando a Diocese e colégios católicos em Aracaju.

COMENTÁRIOS FINAIS

Embora haja um certo consenso na historiografia educacional brasileira de que o projeto educacional de “modernidade da nação brasileira” foi implementado pelos Pioneiros da Educação Nova e corroborado por grande parte dos trabalhos produzidos sobre o tema durante os anos 50 e 60 do século XX, esta leitura tem sido revista por alguns trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, colocando que, aquele projeto já fora desencadeado principalmente a partir da segunda metade dos oitocentos quando o Brasil procurou se espelhar nas culturas francesa, inglesa e alemã. Barbosa e Santos afirmam que estas impuseram seu modelo às demais nações “vencidas militar e comercialmente, como a verdadeira e superior cosmovisão: o único caminho possível ou desejável a todos os povos e culturas, expressão de progresso”, tendo na sociedade norte-americana sua melhor reprodução da visão eurocentrista moderna (Nascimento, 1999, p. 59).

A imagem criada e cristalizada pela propaganda republicana de que o Brasil do século XIX não passou “de um verdadeiro ‘deserto pedagógico’ no qual não podem ser encontradas idéias e/ou práticas” negava toda a política econômica e cultural implementada por D. João VI e consolidada durante o Segundo Império. Ao contrário, “possivelmente, em nenhum outro momento de sua história pedagógica, o Brasil tenha conhecido um movimento tão intenso quanto o daquele século.” (Nascimento, 1999, p. 59). Lourenço Filho fez uma análise da bibliografia pedagógica brasileira no período de 1812 a 1884 identificando cerca de 150 títulos, dentre eles,

...sete obras que tratam do tema da educação física, a primeira delas publicada em 1828. (...) o “Compêndio Prático de Pedagogia”, de Daligault, editado em 1865, no Recife, (...). (...) o “Compêndio de Pedagogia” de Carlos Augusto Soares Brasil, que circulou em 1878, pela sua originalidade. Também original é o trabalho de Abílio César Borges, datado de 1866, com o seguinte título: ‘Vinte Anos de Propaganda Contra a Palmatória e Outros Meios Aviltantes no Ensino da Mocidade’. Os textos sobre o ensino normal começam a circular a partir de 1846. A educação higiênica vira objeto desses ensaios em 1868 e o ensino profissionalizante em 1876, (...). O supostamente novíssimo – pelo menos apresentado pela geração dos anos 20/30 – tema da liberdade de ensino é discutido em vários textos a partir de 1867, da mesma maneira que o ensino obrigatório. (Nascimento, 1999, p. 146)

Dentre outros títulos, Nascimento (1999) ainda arrola os

...trabalhos divulgados em 1884, como resultado do Congresso de Instrução realizado no Rio de Janeiro em 1883, escritos por Maria Guilhermina de Andrade – sobre os jardins de infância -, João Barbalho – sobre o tema de co-educação dos sexos – e por Sílvio Romero – ‘Notas Sobre o Ensino Público’.

Sobre “a reforma dos métodos didáticos e a aplicação dos chamados processos de ensino indutivo” são publicados as “*Primeiras Lições de Coisas*”, de Calkins, traduzido por Rui Barbosa; “*Pedagogia e Metodologia*”, de Camilo Passalacqua, em 1887; o “*Tratado de Metodologia*”, de Felisberto de Carvalho, em 1888. Nascimento ainda afirma que

...os últimos anos do século XIX são marcados pela obra de José Veríssimo – ‘A Educação Nacional’ - revistas pedagógicas, vários compêndios de pedagogia e pelos trabalhos de Manoel Bonfim, Pinheiro Guimarães, Feliciano Pinheiro Bittencourt e Alfredo Gomes. (Nascimento, 1999, p. 147)

O trabalho educacional implementado pela missão presbiteriana, a partir de 1870, certamente teve um papel fundamental na construção da história educacional brasileira. Nas últimas décadas do Império, as elites intelectuais e políticas que desejavam a queda do governo e sua substituição pelo regime republicano, começaram a defender que, para o país se modernizar precisaria se espelhar não mais na Europa, mas olhar para o Novo Mundo, para os Estados Unidos. Também era preciso se livrar do estigma da escravidão e abrir suas portas para a imigração. Os ideais de democracia, liberdade, de igualdade, de fraternidade, como também o discurso do progresso e do desenvolvimento, presentes naquele país, foram difundidos profusamente pelas elites brasileiras que, alimentando o sonho de progresso, viam no imigrante a operosidade, o vigor, a disciplina, que não achavam na massa liberta.

E como o discurso de progresso estava materializado principalmente nos países protestantes sob a forma de liberdade individual, tecnologia e ciência, liberais brasileiros criam que a imigração norte-americana auxiliaria o país a chegar àquele estágio. Para eles, aquela ação poderia auxiliar na transformação não só do quadro cultural e religioso do país, como científico e econômico, onde

os imigrantes brancos protestantes seriam uma arma de múltiplo propósito, com a qual se combateria todo tipo de ‘atraso’: (1) os imigrantes brancos protestantes trariam conhecimento técnico para desenvolver o país; (2) a população branca por fim superaria a negra e (3) o imigrante protestante seria, afinal, econômica e politicamente bastante forte para contrabalançar o poder político e a influência da Igreja Católica. (Vieira, 1980, p. 239)

Naquele mesmo tempo, os Estados Unidos desencadearam “uma política sistemática e de longo prazo de esquadramento de todas as demais sociedades

para a apropriação e difusão ‘seletiva’ dos seus padrões culturais”, tomando inicialmente a educação como a sua grande bandeira (Warde, 2000, p. 42). Como o Brasil apresentava uma situação favorável, inicialmente eles enviaram representantes políticos e religiosos, despachando em seguida representantes de missões protestantes que instalaram suas instituições religiosas e educacionais, inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e posteriormente se irradiando pelo país.

No entanto, a historiografia educacional brasileira pouco tem se debruçado sobre o assunto. As práticas educacionais introduzidas por protestantes norte-americanos no Brasil durante o século XIX e suas estratégias de aproximação continuam sendo quase desconhecidas quanto aos seus objetivos e resultados. Porém, a partir da década de 90 do século passado, este quadro tem-se modificado. Autores como Machado (1994), Bencosta (1996), Hartfield (1996), Gucci (1997), Oliveira (1999), Prado (1999), Laguna (1999), Soares (2000), Rega (2001) e Souza (2001), se detiveram a estudar as práticas religiosas e educacionais protestantes e sua influência na formação da sociedade brasileira. Outros como Kreutz (1994) e Silvestre (1996) desenvolveram pesquisas sobre o material didático utilizado em escolas confessionais protestantes e a importância da imprensa evangélica presbiteriana.

De acordo com Domingos Ribeiro, até meados da década de 30 do século XX, as instituições protestantes tinham distribuído no Brasil cerca de dez milhões de impressos. Para consolidar aqueles novos princípios religiosos e sociais, as igrejas protestantes organizaram um sistema de escolas dominicais, utilizando-se de revistas pedagógicas religiosas próprias, apresentando estratégias pedagógicas de remodelação das práticas religiosas e sociais através da apresentação de estudos bíblicos sistemáticos aplicados ao cotidiano. Até 1934, existiam 3.912 escolas com 14.832 professores e 166.164 alunos. Naquele período, a tiragem daquelas revistas impressas em São Paulo e em Pernambuco chegou a aproximadamente 260.000 exemplares por ano (Ribeiro, 1937, p. 104).

A estratégia da missão presbiteriana em distribuir impressos religiosos num país que tinha um alto índice de analfabetismo funcionou como um estímulo para aquela massa analfabeta que viu a possibilidade de ter acesso a uma literatura de leitura fácil, além da Bíblia em português, que geralmente era restrita aos clérigos católicos, como também uma maneira de facultar a instalação de instituições educacionais.

No início do século XX, os colégios protestantes estavam implantados nas principais cidades brasileiras “disponíveis para servir aos filhos dos protestantes (para os quais havia programas de bolsas de estudo) e abertos aos setores modernos da população que desejem outro tipo de educação” e que possuíssem “recursos para custeá-lo” (Ramalho, 1976, p. 80). As práticas pedagógicas propostas também por aquele novo modelo educacional materializaram-se através das instituições escolares instaladas por aqueles protestantes norte-americanos no Brasil.

As escolas e os colégios presbiterianos tinham organização semelhante, geralmente adotando os mesmos livros didáticos, o mesmo método pedagógico. A localização e a arquitetura, na medida do possível, seguiam um modelo pré-estabe-

lecido pela Junta de Nova Iorque, procurando refletir sua concepção norte-americana de educação. A Missão sempre teve a preocupação de distinguir seus prédios destinados à educação e à religião das outras construções locais, procurando construí-los em pontos estratégicos das cidades, próximos às residências da elite econômica e se possível, no centro cultural e político da cidade.

Enfatizou, também, a formação dos seus professores, pois, como disse Chamberlain, designado pela Junta de Nova Iorque em 1872 Diretor Educacional da Missão Brasil,

(...). A importância e a proficiência duma escola estão na razão direta do valor pessoal do professor. Tal mestre, tal escola. Nada valerão as escolas sem bons mestres; a personalidade do mestre como que passa para a escola e vê-se refletida em cada aluno como um semblante reproduzido em espelho facetado. (Ribeiro, 1981, p. 241)

Provavelmente, em 1874, a Missão Brasil criou uma Escola Normal (Training School) para preparar seus professores, possuindo, em 1875 o seguinte currículo: metodologia do ensino, pedagogia, higiene escolar, psicologia aplicada, organização escolar, direção prática de aulas, matemática, português, geografia, história, música e cultura física. O curso possuía duração de três anos e “sujeito ao regulamento especial do “Training-class”, em vigor nos Estados Unidos”. Em 1886, ela transforma-se na Escola Normal do Mackenzie College, tendo por diretora a missionária e professora norte-americana de pedagogia, Marcia Brown. Quatro anos depois, o governo de São Paulo torna-a modelo para o ensino primário e normal de suas escolas públicas. Segundo Ramalho (1976, p. 84),

Miss Marcia Brown e mais quatro professora, além do Dr. Horace Lane, são nomeados para o serviço público do Estado de São Paulo por lei especial, para orientar o seu ensino primário e normal, sendo o Dr. Lane considerado o Consultor Educacional do Governo. É o modelo da Escola Americana que dá origem ao conhecido ‘Grupo Escolar’.

O material didático adotado em suas instituições educacionais foi produzido segundo os novos métodos pedagógicos e dimensionado à realidade brasileira. Exemplo disso foram as “Aritméticas e Álgebras” de Antonio Bandeira Trajano - primeiro pastor presbiteriano brasileiro; a “Gramática Expositiva” e “Gramática Histórica” de Eduardo Carlos Pereira; a “Grammatica Portuguesa” de Júlio Ribeiro; o “Dicionário de Latim” de Santos Saraiva; a “Série Erasmo Braga – 4 volumes” do próprio; “Condições Intelectuais, Morais e Religiosas na América Latina” de Álvaro Reis; “Pontos de Nossa História” de Veríssimo e Lourenço Souza; “O Meu Idioma” de Otoniel Motta; “Escrituração Mercantil” (adotado no Mackenzie) de Modesto R. B. de Carvalhosa. Muitos deles posteriormente foram adotados pelas escolas brasileiras.

Aquelas instituições de ensino presbiterianas embasadas em novas teorias pedagógicas introduziram várias inovações no ensino, ultrapassando rapidamente

aquelas nas quais o aprendizado ainda se fazia de forma tradicional através da memorização e pela leitura em voz alta, por exemplo. A liberdade, a razão, a experimentação, a observação, como também o pensar e o fazer, incompatíveis com a mentalidade tradicional, estavam presentes nos fundamentos teóricos e nas atividades pedagógicas de suas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Ritta. *A mulher na literatura*. Aracaju: Casa Ávila, 1929.
- BENCOSTA, Marcus Levy. *Ide por todo o mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana, 1869-1892*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1986.
- O CHRISTÃO: Aracaju, 1920, 1921. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1921.
- CORREIO DE ARACAJU: Aracaju, 1904-1910. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea, 1910.
- DIÁRIO DE SERGIPE: Aracaju, 1887. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea, 1887.
- O ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, 1898, 1900, 1902, 1904. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1904.
- FERNANDES, Cléa Alves de Figueiredo. *Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- FERREIRA, Júlio A. *História da igreja presbiteriana do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. Vol. 1.
- GAZETA DE SERGIPE: Aracaju, 1890. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, 1890.
- GUCCI, Alcides F. *Os norte-americanos (confederados) no contexto transacional*. Campinas: Papyrus, 1997.
- HACK, Osvaldo H. *Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- HARTFIELD, Mônica. *A igreja evangélica de confissão luterana no Brasil: uma igreja em transformação e os contornos da pastoral popular luterana*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- HILTON, Stanley. *Who's Who in Latin America*. Stanford: University of California Press, 1948. Part 6, Brazil.
- O HORIZONTE: Laranjeiras, 1885, 1886. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, 1886.
- KREUTZ, Lucio. *Material didático e o currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- LAGUNA, Shirley P. *Reconstrução histórica do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo, 1889-1933: internato de meninas, uma leitura de seu cotidiano e da instrução e educação feminina aí ministradas*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- O LARANJEIRENSE: Laranjeiras, 1887. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, 1887.

- LIVRO DAS ACTAS DO PRESBYTERIO DE BAHIA E SERGIPE: 07/01/1907 a 19/01/1929. Arquivo particular de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, 1929.
- LIVRO DE MATRÍCULAS DO ENSINO PARTICULAR: 1900. Aracaju: Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1900.
- LIVRO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA IGREJA PRESBITERIANA DA BAHIA. rquivo particular de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, s.d.
- MACHADO, José Nemésio. *A contribuição batista para a educação brasileira*. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.
- MINUTES OF THE MEETINGS OF THE CENTRAL BRAZIL MISSION: 1897-1912. Arquivo particular de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, s.d.
- O MUNICÍPIO: Aracaju, 1890-1893. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, 1893.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura ocultada*. Londrina: EDUEL, 1999.
- NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Josiane R. de. *Nos percalços do moderno, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus e seus primeiros fiéis em Chapecó-SC*. Revista APG/PU, São Paulo, n. 19, 1999.
- PRADO, Alice da Silva. *Um modelo pedagógico para a República: práticas educacionais da Escola Americana em São Paulo (1870-1915)*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RAMALHO, Jether P. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- A REFORMA: Aracaju, 1887-1889. Aracaju: Biblioteca Pública Epifânio Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, 1889.
- REGA, Lourenço Stelio. *A educação teológica batista no Brasil: uma análise histórica de seu ideário na gênese e a sua transformação no período de 1972 a 1984*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SERGIPE: 1879-1884. Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação, Aracaju-SE, 1884.
- REVISTA DA FLEP: Faculdade de Letras, Educação e Psicologia. São Paulo, v. 1, n. 1, nov. 1997.
- RIBEIRO, Domingos. *Origens do evangelismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Apollo, 1937.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira – aspectos da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- SILVESTRE, Armando Araújo. *Da imprensa evangélica ao Brasil presbiteriano: o papel (in)formativo dos jornais da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Bernardo do Campo, 1996. Dissertação (Mestrado) - IMES.
- SOARES, Jane Almeida. *É preciso educar o povo! a influência da ação missionária protestante na educação escolar brasileira*. In: CUNHA, Marcus Vinicius da (Org.). *Ideários e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SOUZA, João T. *Cinquenta anos de evangelismo*. Aracaju: Texto mimeografado, s.d.
- SOUZA, Maria Cecília C. C. de. *Decorar, lembrar e repetir: o significado de práticas escolares na escola brasileira no final do século XIX*. In: SOUZA, Cyntia P. de, CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- SOUZA, Robério A. do C. *Fortaleza e a nova fé: a inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. ed., Brasília: Editora da UnB, 1980.

VILAS-BÔAS, Ester F. *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*. São Cristóvão, 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe/NPGED.

_____. A influência da pedagogia norte-americana em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 2, jul./dez. 2001.

WARDE, Mirian J. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 37-43, 2000.

Abstract: *The present article deals with practical the educational protestants in Sergipe, from the decade of 80 of century XIX, taking as reference the educational project implemented by North American presbyterians missionaries, for having been the responsible ones for the insertion of the protestantismo in that State. The printed matter distribution and the organization of schools, had been the main strategies used for that denomination to expand the truth registered in the Bible. Those schools become privileged objects of analysis of the circulation processes, appropriation and production of North American pertaining to school standards for having extended its radius of action for beyond the immigrated groups and will be taken root through different mechanisms in the Brazilian pertaining to school culture, considering that in Brazil the education functioned as road for the ticket of the North American culture and its Brazilian insertion in ground.*

Keywords: *Brasilian education; history of education; protestant education.*